

Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico¹

Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior²

Resumo

Este artigo analisa as “cidades na floresta”, criadas para atender aos grandes projetos ou “grandes objetos” econômicos, implantados na Amazônia a partir da segunda metade do século XX; cidades estas também chamadas de “*company towns*” e de “cidades-empresa”. A discussão é inspirada em reflexões teóricas elaboradas pelo geógrafo brasileiro Milton Santos ao pensar uma teorização do espaço e, igualmente, ao propor uma reflexão que dê conta de compreender o território brasileiro a partir do período por ele denominado de técnico-científico informacional e seu respectivo correspondente espacial, o meio técnico-científico informacional.

Palavras-chave

Cidades na floresta, Amazônia, grandes projetos, urbanização, meio técnico-científico informacional.

Recebido em 31 de agosto de 2009

Aprovado em 15 de julho de 2010

-
- 1 Parte das reflexões aqui contidas são resultados parciais do projeto de pesquisa “A cidade e o rio na Amazônia: mudanças e permanências face às transformações sub-regionais”, que conta com o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), uma entidade do governo brasileiro voltada ao desenvolvimento científico e tecnológico e que concedeu bolsa de produtividade em pesquisa ao autor do artigo e coordenador do projeto.
 - 2 Professor Associado II do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), Universidade Federal do Pará (UFPA). Bolsista de Produtividade em Pesquisa Nível 2 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: stclair@ufpa.br

Towns in the Forest: the “great objects” as expressions of the informational technical-scientific environment in the Amazonian space

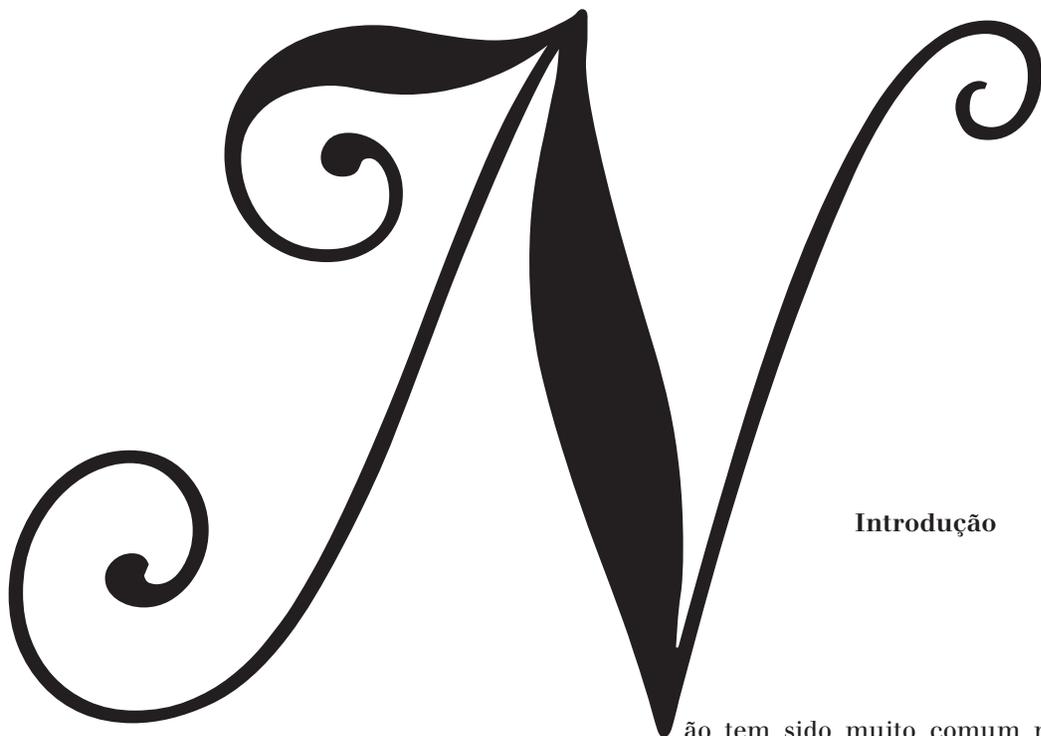
Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior

Abstract

This paper analyzes the “towns in the forest”, created to support the great projects or “great economical objects” implanted in the Amazon in the second half of the 20th century; such towns were also called “company towns” or “enterprise towns”. The discussion is inspired in theoretical reflections elaborated by the Brazilian Geographer Milton Santos when thinking of a theorization of space and, similarly, when proposing a reflection able to comprehend the Brazilian territory from the period, named by himself as informational technical-scientific, and its respective spatial correspondent, the informational technical-scientific environment.

Keywords

Towns in the forest, Amazon, great projects, urbanization, informational technical-scientific environment.



Introdução

ão tem sido muito comum na produção geográfica brasileira a preocupação de pensar teorias que possam dar conta da dinâmica espacial do território em sua diversidade. Milton Santos foi um dos poucos a se preocupar com essa dimensão da teorização. Procurou fazê-la situando-o tanto no âmbito dos chamados países periféricos, em especial os da América Latina, como bem ilustra a famosa teoria dos dois circuitos econômicos³, ainda nos dias atuais muito mencionada para referenciar a economia urbana das cidades brasileiras e latino-americanas, mas principalmente para discutir questões que envolvem a totalidade do território brasileiro, conforme se percebe ao discutir a urbanização⁴ ou quando analisa a configuração do território brasileiro no início do século XXI⁵.

Indaga-se, entretanto, em que medida a discussão feita para o Brasil de forma mais geral aplica-se também às particularidades regionais de um espaço como o amazônico? Essa questão nos foi colocada quando de nossos estudos voltados para a Amazônia oriental⁶. Ainda que não seja

3 SANTOS, Milton. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979. (Coleção Ciências Sociais).

4 Idem. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1995.

5 SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

6 Para efeitos desta análise, estamos considerando como Amazônia oriental a área de influência direta e indireta de Belém, que, além do Estado do Pará, inclui o Ama-

tão recorrente a referência ao espaço amazônico como realidade específica de estudo na obra de Milton Santos, várias de suas contribuições ajudam a compreender, em grande parte, a dinâmica mais recente que caracteriza a porção oriental dessa região.

Menção especial merece ser feita no contexto de sua obra a um artigo que serviu também como sistematização preliminar para a reflexão do espaço no atual período histórico, tornando-se, inclusive, um dos capítulos de livro publicado na década de 1990⁷. Trata-se de uma discussão sobre os grandes projetos na Amazônia⁸, momento em que Milton Santos situou esses empreendimentos como parte de sistemas de ações em nível global e que imprimiram uma nova dinâmica territorial àquela região.

Apresentado durante o seminário *Grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço*, realizado em Belém no ano de 1991⁹, essas reflexões sobre a Amazônia, em que os grandes empreendimentos são adjetivados de “grandes objetos”, integraram uma coletânea¹⁰ de artigos apresentados durante o referido seminário. Por ocasião do mesmo, Milton Santos retoma a teoria do espaço, pensando-o como um sistema de ações e de objetos e como instância da própria sociedade, indagando, inclusive, a pertinência de se pensar a procedência de uma “desorganização do espaço”, conforme sugeria o próprio seminário, tendo em vista ser o espaço uma materialidade da sociedade e, portanto, uma expressão e condição de suas relações. Avançando nesse sentido, fala de uma nova materialidade espacial que passa a se configurar no período contemporâneo, visualizando-a, no caso amazônico, por meio dos “grandes objetos”, comandados por um “sistema de ações” cada vez mais estranho ao lugar.

É essa problematização que aqui será retomada, considerando-se alguns estudos que realizamos sobre as cidades e o processo de urbanização da Amazônia oriental, e, mais especificamente ainda, do Estado do Pará. Enfatizaremos aqui as “cidades na floresta” que, no nosso entender, muito bem qualificam os núcleos urbanos criados para atender aos “grandes objetos” econômicos, implantados na região principalmen-

pá, parte do Maranhão e do Tocantins.

- 7 SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- 8 Idem. Os grandes projetos: sistema de ação e dinâmica espacial. In: CASTRO, Edna; MOURA, Edila; MAIA, Maria Lúcia (Orgs.). *Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço*. Belém: EDUFPA, 1995. p. 15 - 20.
- 9 Promovidos pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará e pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (Anpur).
- 10 CASTRO, Edna; MOURA Edila, E.; MAIA, Maria Lúcia (Orgs.). op. cit., p. 15 - 20.

te a partir da década de 1960, e que ficaram conhecidas também como *company towns*¹¹ ou como cidades-empresa¹².

É dessas cidades, portanto, que procuraremos tratar no presente artigo. E o faremos inspirados em bases teóricas mais recentes elaboradas por Milton Santos ao pensar uma teorização do espaço e, igualmente, ao propor uma reflexão que dê conta de compreender o território brasileiro a partir do período por ele mesmo denominado de técnico-científico informacional e seu respectivo correspondente espacial, o meio técnico-científico informacional.

Das “cidades na floresta”

Uma informação quanto ao título deste artigo se faz necessária. A expressão “cidade na floresta” não é nova. J. A. Oliveira¹³ intitulou sua tese de doutoramento de *Cidades na selva*, J. Browder e B. Godfrey¹⁴ também denominaram seu livro de *Cidades da floresta*, e, mais recentemente, E. Castro¹⁵ organizou uma coletânea de artigos sobre cidades e urbanização da Amazônia denominando *Cidades na floresta*.

Todavia, retomaremos aqui o uso dessa expressão inspirados na discussão que Milton Santos fez para o Brasil ao distinguir “cidades do campo” das “cidades no campo”¹⁶. Falamos inspiração, posto que o sentido atribuído por esse autor, ao discutir a urbanização brasileira, não é transposto de maneira literal e com a mesma equivalência para o caso amazônico. Ao utilizarmos a expressão “cidades na floresta” procuramos fazer a diferenciação face a outro tipo de cidade, as “cidades da floresta”, que, acreditamos, terem predominado até meados do século XX, quando então a Amazônia passou a vivenciar seu processo de efetiva integração territorial ao Nordeste e ao Centro-Sul brasileiros. Assim, definir a cidade na Amazônia para além da paisagem pressupõe levar em conta elementos outros que considerem a relação das mesmas com seu respectivo entorno e com os processos que a região vivenciou a partir de sua efetiva integração nacional.

11 BECKER, Bertha. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1990.

12 PIQUET, Rosélia. *Cidade-empresa: presença na paisagem urbana brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1998.

13 OLIVEIRA, José Aldemir. *Cidades na selva*. Manaus: Valer, 2000.

14 BROWDER, John; GODFREY, Brian. *Cidades da floresta: urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia brasileira*. Manaus: EDUA, 2006.

15 CASTRO, Edna. (Org.) *Cidades na floresta*. São Paulo: Annablume, 2008.

16 SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. op. cit.

As “cidades da floresta” eram, até a década de 1960, as mais comuns na região. Suas características de pequenas cidades e associadas frequentemente à circulação fluvial, conferiam a elas fortes ligações com a dinâmica da natureza, com a vida rural não moderna e com o ritmo da floresta ainda pouco explorada. Além disso, tais cidades sempre estabeleceram forte relação com os seus respectivos entornos e com as localidades próximas (vilas, povoados, comunidades ribeirinhas etc.). Ainda que muitas cidades venham perdendo essas características, consideradas rurais, elas não desapareceram efetivamente, e ainda são marcas fortes de algumas sub-regiões da Amazônia.

As “cidades na floresta”, por outro lado, são aquelas que tendem a se articular principalmente às demandas externas da região, fazendo da floresta um elemento de pouca integração aos novos valores da vida urbana, sendo mesmo sua negação, vista, principalmente, como espaço de exploração econômica (madeiras, minérios, fragrâncias, espécies animais e vegetais, turismo etc.).

A forma de articulação e de interação das “cidades na floresta” se dá, em grande parte, muito mais com outras realidades fora da região do que propriamente com a realidade interna. Tratam-se, em sua maioria, de cidades que se tornaram bases logísticas para relações econômicas voltadas para uma racionalidade extrarregional, a exemplo das cidades-empresa (Carajás-PA, Porto Trombetas-PA etc.), que servem de apoio aos grandes projetos econômicos, instalados na região para atender às demandas de recursos do mercado externo.

Diferentemente das cidades-empresa, existem aquelas que não são enclaves urbanos, mas cidades locais, com forte ligação com os espaços que lhes são próximos. É o caso das cidades ribeirinhas, que têm interações intensas com o entorno imediato, sendo, por isso, consideradas “cidades da floresta” por excelência, tal o papel que cumprem na interação com o entorno e com o ritmo da floresta.

As cidades ribeirinhas, dessa forma, têm fortes enraizamentos, fortes ligações socioeconômicas e culturais com a escala geográfica local e regional; enraizamentos estes que traduzem estreita relação com o rio, não simplesmente pela localização absoluta, devido ao fato de estarem à beira do rio, mas, e principalmente, por apresentarem uma interação funcional com esse elemento natural. São exemplos disso, a circulação fluvial, de subsistência material (fonte de recursos alimentares, uso doméstico etc.), a utilização lúdica (uso do rio para o lazer) e simbólica (a importância do rio no imaginário sociocultural). Por isso, são, a rigor: a) cidades pequenas quanto ao seu tamanho populacional e à extensão de seu formato territorial; b) localizadas às margens dos rios, e, em geral,

de grandes rios, seja considerando a sua largura, seja levando em conta o volume de água e, ainda, o tamanho de seu curso fluvial, sendo este, inclusive, um importante atributo fisiográfico a ser considerado; c) tradicionais, no sentido do ordenamento espacial do conjunto espacial onde se inserem, do padrão de seu ordenamento intra-urbano, da produção econômica e das relações socioculturais locais e regionais¹⁷.

Em decorrência destes últimos atributos, são cidades com pouca modernização econômica e territorial, onde o chamado meio técnico-científico informacional se faz presente de maneira muito tímida, se comparadas a outras cidades brasileiras e mesmo da região amazônica em específico.

De qualquer forma, não podemos pensar essas realidades como sendo excludentes e duais. Pelo contrário, a convivência de relações, de temporalidades, de espacialidades e de padrões territoriais, nos faz reconhecer a complexidade do processo de urbanização na região.

Cidades e urbanização na Amazônia

Entender a presença das “cidades na floresta” no contexto atual pressupõe considerar o processo de regionalização que marca a diferenciação regional brasileira e a dinâmica que tem definido o papel da Amazônia na Divisão Territorial do Trabalho.

É nesse sentido que M. Santos e M. L. Silveira¹⁸, apoiados na compreensão da expansão do meio técnico-científico informacional no território nacional, falam da presença de “quatro Brasis”, no intuito de reconhecer as novas regiões do país, a saber: a região Concentrada, a Centro-Oeste, o Nordeste e a Amazônia.

Para a Amazônia alguns elementos são apontados para caracterizá-la face à dinâmica de modernização do território como: as baixas densidades demográficas e técnicas; a importância das novas redes técnicas, a exemplo das rodovias e das hidrovias; a fraca centralidade do transporte e da comunicação; o inventário de recursos a ser feito; a possibilidade do conhecimento de seus recursos e de suas potencialidades, fundada em modernos satélites e radares; a convivência de sistemas de movimentos modernos e rápidos com sistemas lentos e tradicionais; as conexões das cidades mais importantes, estabelecidas notadamente com

17 TRINDADE JR. Saint-Clair; SILVA, Marcos Alexandre; AMARAL, Márcio Douglas. Das “janelas” às “portas” para os rios: compreendendo as cidades ribeirinhas na Amazônia. In: TRINDADE JR., Saint-Clair; TAVARES, Maria Goretti (Orgs.). *Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências*. Belém: EDUFPA, 2008. p. 27 - 47.

18 SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. op. cit.

espaços extralocais; as relações esgarçadas dessas mesmas cidades com suas respectivas hinterlândias; a presença de nexos de globalização em áreas produtivas voltadas para a exportação; a existência de cidades modernas como pontos de apoio a essas mesmas atividades.

Esse novo perfil regional, que dá nova característica também à dinâmica da rede urbana, tende a estabelecer um conjunto de relações que colocam em xeque a estrutura rígida da rede urbana tradicional, assentada, em grande medida, nas “cidades da floresta”, estabelecendo também conexões que configuram uma rede de “curtos-circuitos” e que prescindem da lógica da hierarquia urbana tradicional. Mais do que isso, são cidades que expressam por excelência elementos do meio técnico-científico informacional e da modernização do território, que passa a se configurar especialmente a partir de 1960.

Portanto, tratam-se de novos objetos inseridos na nova dinâmica territorial, como as modernas plantas industriais; o novo sistema de circulação, estabelecido pelas rodovias e ferrovias; as modernas redes de telecomunicações; os novos sistemas portuários; a expansão da rede de energia elétrica, apoiada na instalação de modernas hidrelétricas; a presença dos grandes projetos econômicos e de infraestrutura, e, igualmente, suas modernas cidades.

É lícito destacar, entretanto, que essa difusão relacionada à modernização do território não se deu ao longo das últimas décadas de forma homogênea em todo o espaço regional. Há uma diferenciação intrarregional a ser considerada, que referenda a forma desigual e diferenciada da difusão da modernidade no território brasileiro, tratada por M. Santos e M. L. Silveira¹⁹.

Na Amazônia ocidental, por exemplo, que tem em Manaus a principal expressão do processo de urbanização, a metrópole cresce mais que a região, reafirmando uma tendência de concentração urbana, populacional e econômica, que se diferencia da urbanização já apontada como tendência para o restante do território brasileiro²⁰. Isso em decorrência especialmente da implantação do pólo industrial de Manaus, que favoreceu a concentração econômica e demográfica. Nesse caso em particular, a urbanização do território, entendida como a difusão dos nexos da modernização do espaço²¹, não acompanha com a mesma intensidade a urbanização da sociedade, marcada pela difusão do modo de vida urbano, que se faz mais presente em toda a região.

Diferentemente, na Amazônia oriental, que tem com principal centralidade urbana a cidade de Belém e cujo espaço metropolitano é formado

19 Idem, *ibidem*.

20 SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. op. cit., p. 36.

21 Idem, *ibidem*, p. 36.

oficialmente por cinco municípios, mas que comporta pelo menos dois outros não oficialmente incluídos, a região tende a crescer mais do que a metrópole. Essa dinâmica da Amazônia oriental deve-se, em grande parte, à forte presença de frentes de expansão econômica e de grandes projetos que, diferentemente da Amazônia ocidental, não proporcionaram a excessiva concentração econômica, urbana e demográfica na metrópole e seu entorno, mas pulverizaram mão de obra, investimentos, capitais, redes técnicas etc. pelo interior da região, atendendo às estratégias de povoamento, de exploração de recursos e de integração econômica e territorial, estabelecidas pelo Estado brasileiro a partir da segunda metade do século XX.

Essa é a razão que faz com que na Amazônia oriental a urbanização do território se faça bem mais presente que na Amazônia ocidental, acompanhando mais de perto o processo de urbanização da sociedade igualmente difundido por toda a região.

Os números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) expressam, ainda que de forma muito parcial, essa tendência, quando comparamos o grau de concentração populacional entre Belém (29%) e Manaus (49,90%) face à população de seus respectivos Estados, Pará e Amazonas, no ano de 2000. Belém chegou mesmo a apresentar uma queda dessa concentração a partir da década de 1970, quando a população da capital representava 30% da população paraense; comportamento bem diferente de Manaus, cuja concentração mostrou-se sempre ascendente ao longo das últimas décadas.

Observa-se, portanto, que a difusão do fenômeno urbano não se dá da mesma maneira quando consideradas as duas grandes sub-regiões amazônicas. Nosso interesse aqui é analisar uma dessas expressões da urbanização do território e da sociedade, levando em conta a importância que “os grandes objetos” representaram para a Amazônia oriental e para o Estado do Pará, em específico.

Sistemas de objetos no mundo globalizado: pensando o espaço amazônico

Ao tratar o atual momento histórico, denominado de período técnico-científico informacional, M. Santos²² busca caracterizá-lo analisando os processos de modernização da sociedade e seus rebatimentos no plano territorial. Mostra, por exemplo, que, cada vez mais, os novos

22 SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 1996.

objetos geográficos tornam-se não apenas mais técnicos e carregados de conhecimentos científicos, como também são portadores de informações que articulam frações diferenciadas e distantes do próprio território. Por essa razão, trazem consigo uma natureza de ubiquidade e de universalidade, uma vez que se fazem presentes em todos os lugares, inclusive em regiões de poucas densidades técnicas, como a Amazônia, se comparada a outras regiões onde a modernização do território é não apenas anterior como também mais adensada.

São, por essa mesma razão, objetos mais artificiais, que respondem à necessidade de modernização tanto da sociedade quanto do território, especialmente àquelas necessidades de produção direcionadas para as novas demandas de mercado, conforme se constata para os “grandes objetos” implantados na Amazônia, que dizem respeito às plantas industriais modernas; às usinas de geração de energia; aos sistemas portuários, acompanhados, em geral, de cidades modernas (quadro 1), pensadas e construídas para atender às novas necessidades técnicas de produção, de circulação e de consumo. Distanciam-se, portanto, dos sistemas naturais existentes na região, ou de sistemas técnicos já existentes, mas mostram-se intrinsecamente associados às dinâmicas dos sistemas naturais *pré-existentes*.

Quadro 1 - Empresas e suas cidades na Amazônia

Estado	Cidade/Vila	Empresa
Amapá	Serra do Navio Vila Amazonas	ICOMI ICOMI
Amazonas	Vila de Pitanga Vila de Balbina	Mineração Taboca Eletronorte
Pará	Monte Dourado Carajás Vila de Tucuruí Porto Trombetas Vila dos Cabanos	Cia. do Jari Vale Eletronorte Mineração Rio do Norte Albras/Alunorte
Rondônia	Vila Cachoeirinha	Mineração Oriente S.A.

Quadro elaborado pelo autor.

Tais sistemas técnicos, mais artificializados, são pensados e montados para servir aos atores hegemônicos da sociedade. Na Amazônia, essa intenção se faz clara quando se observa os agentes (quadro 1), que controlam ou que passaram a controlar, após o processo de privatização, mais marcadamente na década de 1990, esses sistemas técnicos e a riqueza por eles gerada. Tratam-se, em geral, de grandes empresas, predominantemente de exploração mineral, e que tendem a reafirmar o papel de uma região como a Amazônia na atual Divisão Territorial do Trabalho em nível global:

Naquelas regiões onde o sistema de objetos e o sistema de ações são mais densos, aí está o centro do poder. Naquelas outras áreas onde o sistema de objetos e o sistema de ações é menos complexo e menos inteligente, aí está a sede da dependência, da incapacidade de dirigir a si mesmo. Região significa reger, mas, hoje, há cada vez mais regiões que são apenas regiões do fazer, e cada vez menos, regiões do mandar, regiões do reger. Aquelas que são regiões do fazer são cada vez mais regiões do fazer par os outros.²³

Diretamente atrelados a uma unidade de comando, os “grandes objetos” sugerem uma resposta, no plano do território, às necessidades do novo arranjo espacial no âmbito regional, e ao novo esquema de relações a que está circunscrito o espaço no período técnico-científico informacional. Representam, assim, um conjunto de objetos, e no caso amazônico, de “grandes objetos”, comandados por um conjunto de ações cada vez mais estranhas ao lugar, cuja unidade de comando é dada por grandes corporações que ditam as normas, o ritmo, a forma e a lógica da produção a partir de seus espaços de comando, transferindo, *ipso facto*, tecnologias, formas de organização do trabalho, sistemas de produção e valores no âmbito da ordem interna da empresa, mas também na pluralidade das relações sociais que se fazem necessárias à dinâmica da nova produção. Um bom exemplo disso são os valores urbanos, reproduzidos nas novas formas de organização urbana, que dão apoio aos novos objetos técnicos.

Os arranjos espaciais, nessas condições, não se dão apenas como no passado, figuras formadas de pontos contínuos. Hoje, também, ao lado dessas manchas, ou por sobre essas manchas, há, também, constelações de pontos descontínuos, mas interligados, que definem um espaço de fluxos reguladores.²⁴

É essa lógica territorial, que combina horizontalidades e verticalidades, continuidade e descontinuidade, regulação e hierarquia, complementaridade e dominação, comando e obediência, que define também os novos papéis das regiões face ao atual período técnico-científico informacional. Tratam-se de regiões cada vez mais articuladas a uma ordem global, sejam na sua lógica de comando, seja na sua lógica de obediência a essas mesmas unidades de comando:

23 Idem. Os grandes projetos: sistema de ação e dinâmica espacial. op. cit., p. 17.

24 Idem. *Técnica, espaço, tempo*: globalização e meio técnico-científico informacional. op. cit., p. 104.

Os objetos são criados com intencionalidades precisas, com um objetivo claramente estabelecido de antemão. Da mesma forma, cada objeto é também localizado de forma adequada a que produza os resultados que dele se esperam... No passado, os objetos nos obedeciam no lugar onde estávamos, e onde os criávamos. Hoje, no lugar onde estamos, os objetos não mais nos obedecem, porque são instalados obedecendo a uma lógica que nos é estranha, uma nova fonte de alienação. Sua funcionalidade é extrema, mas seus fins últimos nos escapam. Essa intencionalidade é mercantil, mas é, também, frequentemente simbólica. Aliás, para ser mercantil, frequentemente necessita ser simbólica antes.²⁵

As relações verticais, hierarquizadas por assim dizer, estabelecem uma sorte de unidade ao novo arranjo espacial, que não prescinde das horizontalidades do passado, mas que atribui um novo conteúdo às mesmas e acrescenta novos elementos geográficos aos espaços regionais, antes tidos como mais autônomos e com acervos de objetos mais particularizados e diferenciados (quadro 2). Essa lógica parece bem visível quando se focaliza o arranjo espacial amazônico face à inserção dos “grandes objetos”.

Esses objetos justificam, pela sua localização, uma dada intencionalidade precisa de caráter tanto mercantil quanto simbólica, daí a necessidade de certo discurso a respeito desses mesmos objetos. É a necessidade de tradução desse discurso que arregimenta profissionais qualificados para lidar com a funcionalidade da dinâmica global no plano local.

É também o discurso que transmite o peso simbólico do novo arranjo espacial amazônico, invariavelmente associado à ideia de modernidade e que contrapõe tradição e modos de vidas já existentes a uma nova racionalidade impregnada de inovação e que seduz pela ideia de modernidade, de progresso e de crescimento econômico:

Quando nos dizem que as hidrelétricas vêm trazer para o país e para uma região, a esperança de salvação da economia, da integração do mundo, a segurança do progresso, tudo isso são símbolos que nos permitem aceitar a racionalidade do objeto que, na realidade, vem exatamente destroçar a nossa relação com a natureza e impor relações desiguais.²⁶

25 Idem. Os grandes projetos: sistema de ação e dinâmica espacial. op. cit., p. 15.

26 Idem, *ibidem*, p. 15-16.

Quadro 2 – A dinâmica das regiões segundo Milton Santos

Elementos	No passado	No presente
Relação sociedade-espaco	Relação direta entre a sociedade local e seu espaço.	Resultado das relações entre um lugar dado e fatores distantes.
Territorialidades	Os lugares como territorialidades absolutas de um grupo ou classe social.	Os lugares vistos como suportes de relações e de agentes hegemônicos no plano global.
O “quadro” regional	Associado a característica de identidade, de exclusividade e de limites.	Relacionado a um grande número de mediações.
Os objetos	Davam-se como coleções de objetos localizados, de caráter relativamente autônomo.	Tendem a funcionar como sistemas de objetos ou sistemas técnicos.
As ações	Ações de um nível inferior não estavam necessariamente subordinadas a outras.	Hierarquização e subordinação de ações e de seus objetos de comando.
Relação entre ações e objetos	Relativo equilíbrio do ponto de vista do funcionamento do sistema de ações e de objetos.	Existência de tensão entre sistema de ações e de objetos hegemônicos e não hegemônicos.
Papel dos objetos	Objetos usados como meios de ação.	Meios de ação e de informação.
Arranjos espaciais	Sistemas espaciais tecnicamente e socialmente menos densos, com pouca superposição de interesses.	Sistemas espaciais mais complexos do ponto de vista técnico e da pluralidade de relações e interesses.

Quadro elaborado pelo autor.

Sugere-se, em consequência disso, uma mudança ilusoriamente positiva dos novos habitantes que chegam, atraídos pelos novos objetos, e para aqueles que lá estavam antes de sua implantação. Esse discurso se faz bem presente quando da instalação das cidades-empresa, chamadas também aqui de “cidades na floresta”, pensadas, traçadas e equipadas para dar apoio logístico aos “grandes objetos”.

Cidades-empresa: os objetos e as ações

Essa dinâmica imposta ao espaço amazônico imprimiu, sem dúvida, uma reorganização da região, onde as solidariedades organizacionais tendem a substituir as solidariedades orgânicas de outrora, ou mesmo incorporá-las a uma nova racionalidade:

No passado, a solidariedade que cimentava a vida regional era uma solidariedade orgânica, enquanto hoje essa solidariedade é organizacional. Antes, os elementos de uma área se relacionavam onde estavam e sua unidade se dava por meio de trocas de energia. Hoje, eles entram em relação de uma organização e esta lhes é cada vez mais estranha. Antes, a organização da vida era local, próxima ao homem; hoje essa organização é, cada vez, mais longínqua e estranha. Antes, a sua razão era a própria vida, hoje é uma racionalidade sem razão, sem objetivo, sem teleologia, que comanda a existência dos espaços.²⁷

Trata-se de uma solidariedade que é estratégica do ponto de vista da globalização dos processos econômicos, responsáveis por conectar os diversos lugares do espaço unificado pela técnica. Em outros termos, os nexos de energia são substituídos por nexos de informação, que resguardam interesses de determinadas ações²⁸.

É por essa razão que, na Amazônia, a malha técnica de maior expressão talvez esteja ligada principalmente aos projetos mínero-metalúrgicos, nos quais empresas isoladas, ou organizadas em *joint ventures*, implantaram eficientes espaços de produção e gestão articulados ao mercado global. Essas verticalizações só se tornaram possíveis por meio de horizontalizações, da qual o exemplo mais evidente foi o PGC (Programa

27 Idem, *ibidem*, p. 18.

28 Idem, *ibidem*, p. 16 -18.

Grande Carajás), uma opção pós-fordista de produção que concebeu a formação de economias de escala no sentido de integrar projetos²⁹.

A resposta da região a esse novo período se dá sem dúvida pela fragmentação de seu espaço. A nova regionalização em curso na Amazônia representa a superposição de ações e de fluxos que acabam por diferenciar o território. A Amazônia oriental, em especial o espaço definido para a atuação do então PGC, tornou-se um bom exemplo disso. As bases técnicas da globalização parecem aí se expressar por meio de sistemas de objetos – a exemplo dos “grandes objetos” – e de ações, que respondem às exigências de uma nova divisão do trabalho que se impõe a partir das regulações empreendidas pelas estruturas de poder global:

Os sistemas técnicos atuais são dotados de uma enorme capacidade de invasão, mas essa invasão é limitada exatamente porque esses objetos estão a serviço de atores e forças que somente se aplicam se têm a garantia do retorno aos seus investimentos, seja esse investimento econômico, político ou cultural. Esses objetos técnicos são as correias de transmissão dos objetivos dos atores hegemônicos, da cultura, da política, da economia, e não podem ser utilizados pelos atores não-hegemônicos, senão de forma passiva. A forma ativa é cada vez mais reservada a alguns e a forma passiva é deixada a todos os demais atores, que por isso ganham um papel subalterno dentro da sociedade.³⁰

É assim que a existência de processos que se colocam à escala mundial possuem consequências de integração, de tensão, de fragmentação e de imposição. Em consequência, são processos interativos, integrativos, mas também antagonônicos e subordinativos. Como depositário das técnicas, o espaço aparece nesse arranjo como uma funcionalização da totalidade, e, portanto, do processo de globalização e da materialização das diversas formas de poder na escala mundial.

O outro lado dessa questão está representado pela sequência de acontecimentos vivenciados na região e pela superposição de sistemas técnicos, que selecionam, suprimem e/ou substituem configurações territoriais, relações e processos sociais que aí se estabeleceram. Um exemplo claro dessa dinâmica é, sem dúvida alguma, a alteração da rede urbana regional, na qual um papel decisivo foi assumido pelas cidades-empresa.

29 CASTRO, Edna; MARIN, Rosa Elizabeth. Amazônia Oriental: territorialidade e meio ambiente. In: LAVINAS, Lena *et alii* (Orgs). *Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1993. p. 121-148.

30 SANTOS, Milton. *Os grandes projetos: sistema de ação e dinâmica espacial*. op. cit., p. 17.

Em grande parte, os núcleos urbanos da Amazônia oriental configuram-se como bases para as operações dos projetos econômicos dos anos 1980, participando da produção de um espaço transnacional não apenas como portos e centros industriais, mas também como os lugares onde a comunicação de base eletrônica se efetua, e também como sedes de gerência dos diversos projetos. Por isso, todos os “grandes objetos” possuem cidades planejadas, base de seus territórios “autossuficientes” dentro do espaço regional, mas eficientemente articuladas ao espaço transnacional de comando das ações⁵¹.

Nesse contexto, a participação do Estado foi decisiva, contribuindo para sua instalação. Um bom exemplo disso foi o que aconteceu em Vila dos Cabanos, construída juntamente com o Porto de Vila do Conde, ambos no Município de Barcarena, tendo em vista o atendimento das necessidades do complexo industrial Albras/Alunorte para a produção de alumina e alumínio. Além desse, seguem-se outros exemplos, como a Vila Residencial de Tucuruí, construída pela Eletronorte (Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A), voltada para a produção de energia; e o Núcleo Urbano de Carajás, construído pela então estatal “Companhia Vale do Rio Doce”, preocupada com a exploração mineral, como a do ferro.

A instalação de cidades de empresas na região não é recente. Antes mesmo do processo de integração regional, estimulada a partir da década de 1960, algumas experiências já tinham sido vivenciadas, a exemplo da implantação de cidades como Fordlândia e Belterra, no Rio Tapajós.

Em grande parte, tais experiências redundaram em fracasso do ponto de vista do desenvolvimento local, seja pela falência dos empreendimentos (Fordlândia, Belterra); seja pela lógica que comandava a sua existência, haja vista que as mesmas funcionavam como verdadeiros enclaves no interior da região (Serra do Navio, Vila Amazonas, Monte Dourado).

O acúmulo dessas experiências pouco contribuiu para uma reavaliação e para avanços nas políticas de urbanização de cidades planejadas na Amazônia. Um segundo momento da história dessas cidades parece já se mostrar bem claro, quando se presencia, por exemplo, as mudanças nas políticas de desenvolvimento regional para a Amazônia, pouco afeita à implantação de novos espaços urbanos à maneira como se viu nas décadas iniciais do processo de integração regional à economia global.

Os espaços urbanos, criados pelas companhias para viabilizar os projetos econômicos na Amazônia, guardam várias dimensões da produção do urbano que associa objetos e ações, paisagens e intenções, materialidade visível e representações simbólicas. Por outro lado, é

51 BECKER, Bertha. *op. cit.*

importante considerar como as práticas espaciais relacionadas aos propósitos das empresas configuram-se no plano da organização interna desses núcleos urbanos e como estabelecem relações com o entorno, seja ele formado pelas cidades próximas, seja considerando-se também a rede urbana regional. Aqui buscamos enfatizar o significado dessas cidades para o desenvolvimento local e regional.

De maneira geral, a implantação desses núcleos urbanos estabelecem: a) um novo padrão urbano na Amazônia, até então pouco presente na paisagem regional; b) uma nova racionalidade à nova produção econômica, associada inclusive à lógica da acumulação flexível que marca a reprodução contemporânea do sistema capitalista; c) apoio logístico aos “grandes objetos”, sejam eles relacionados à exploração mineral, às indústrias de transformação primária, e às usinas hidrelétricas; d) a inserção de uma mão de obra especializada, trazida para permitir o funcionamento dessa nova racionalidade no espaço regional, até então pouco denso tecnicamente e pouco inserido na modernidade das formas de produção contemporâneas; e) a negação da rede urbana regional existente; e) a conexão regional com os novos circuitos globais de produção.

As primeiras experiências, de Forlândia e Belterra, no Rio Tapajós, implantadas na década de 1940, já sugeriam a necessidade dessa nova racionalidade, naquele momento voltada para o plantio racional da seringueira, com vistas ao abastecimento do mercado norte-americano. Daí as características bem diferenciadas dessas cidades em relação ao contexto regional na qual foram instaladas, a saber: padrão norte-americano; forte integração cidade-empresa; proximidade do local de produção; negação das múltiplas potencialidades do espaço local, assentadas no rio e na floresta. As outras cidades implantadas em décadas posteriores, especialmente no Estado do Pará (quadro 3), potencializaram essa diferenciação.

Quadro 3 – “Grandes objetos” e suas cidades no Pará

Grandes projetos/ Municípios	Cidades	Ano	Distância em relação a Belém (km)
Jari (Almerim)	Monte Dourado	1968	400
Usina hidrelétrica de Tucuruí (Tucuruí)	Vila de Tucuruí	1974	300
Trombetas (Oriximiná)	Porto Trombetas	1979	800
Carajás (Parauapebas)	Carajás	1985	879
Albras – Alunorte (Barcarena)	Vila dos Cabanos	1985	40

Quadro elaborado pelo autor.

Tal diferenciação demarca a condição das “cidades na floresta”, que define muito bem o papel dos núcleos urbanos implantados para atender à demanda e à racionalidade econômica dos “grandes objetos”. São cidades que se tornam portadoras não só da difusão de novos elementos técnicos, – bem visíveis na paisagem por elas configuradas, a exemplo do padrão arquitetônico das moradias, e do padrão urbanístico dos arruamentos –, como também dos novos modos de vida de que são portadores esses mesmos objetos.

Os equipamentos instalados também demonstram o padrão de vida que se busca garantir no interior dessas pequenas cidades da Amazônia. Diferenciam-se em relação ao entorno pela qualidade desses mesmos equipamentos, pensados para assegurar a permanência dos habitantes que devem atender às necessidades de mão de obra, em geral qualificada, das empresas principais e daquelas que prestam serviços ou, de alguma maneira, encontram-se vinculadas ao funcionamento do grande projeto:

Esses objetos novos, que transportam o sistema das técnicas atuais, exigem discurso. Até ontem, eles nos podiam falar diretamente; hoje, nós os miramos, mas eles nada nos dizem, se não houver a possibilidade de uma tradução. Por isso, as cidades, mesmo as do interior, acolhem um grande número de tradutores, pessoas treinadas para ler sistemas técnicos e utilizar objetos técnicos.³²

Ao mesmo tempo, esses equipamentos difundem novos hábitos de consumo e novas formas de sociabilidade, conforme se constata em cidades como a Vila Permanente de Tucuruí, com a presença do grande supermercado e do templo ecumênico. Este último, por sua própria natureza, foi pensado dentro de uma racionalidade que não necessariamente considera as particularidades dos diversos credos religiosos, numa clara desconsideração à diversidade social, que é muito típica das cidades de fronteira econômica, para onde convergem migrantes de origens diversas e com tradições culturais, inclusive religiosas, bastante diferenciadas.

A presença dessas cidades, de seus padrões urbanísticos e de seus equipamentos exclusivos não se faz sem a antecedência de um discurso, presente, por exemplo, nos planos regionais de desenvolvimento e mesmo nos planos urbanísticos específicos para a implantação desses grandes objetos:

32 SANTOS, Milton. *Os grandes projetos: sistema de ação e dinâmica espacial*. op. cit., p. 15.

Os objetos têm um discurso, um discurso que vem de sua estrutura interna e revela sua funcionalidade. É o discurso do uso, mas também, o da sedução. E há o discurso das ações, do qual depende sua legitimação. As ações necessitam de legitimação prévia para ser mais docilmente aceitas e ativas na vida social e assim mais rapidamente repetidas e multiplicadas.⁵³

Os desdobramentos desses discursos se dão em vários níveis. O primeiro deles diz respeito à inserção regional dos “grandes objetos”. É preciso reafirmar, segundo a lógica das empresas, que esse novo arranjo técnico imprimido ao espaço regional possui uma pertinência, ainda que na prática a relação dos “grandes objetos” com a região caminhem em outra direção. Isso porque há uma recusa do arranjo espacial já existente, negando-o como parte da nova lógica imposta. A floresta e os rios, por exemplo, que na lógica anterior eram vistos em suas dimensões múltiplas (recursos, circulação, lúdica, lazer, uso doméstico e representações simbólico-culturais), numa relação em que a interação homem-natureza tendia a expressar uma forte organicidade, na nova lógica urbana dos “grandes objetos” tornam-se principalmente fontes de recursos e, secundariamente, espaços de lazer e contemplação.

Essa é a razão que faz das “cidades na floresta”, quando localizadas às margens fluviais, nada mais que cidades à beira-rio, subtraindo-se o sentido de cidades ribeirinhas muito próprias das “cidades da floresta”. Tal fato acontece porque na nova racionalidade imposta à região é a solidariedade organizacional, diretamente associada à lógica das empresas e de suas respectivas hierarquizações, que é levada em conta em primeiro plano, definindo a importância das verticalidades dos espaços em detrimento de suas horizontalidades, ainda que não prescindam destas últimas.

Outra dimensão desse discurso que antecede os novos objetos diz respeito à ideia de polarização a ser difundida por esses espaços econômicos, tidos como verdadeiramente dinâmicos e indutores de modernização e de desenvolvimento. Nessa perspectiva, as cidades são pensadas como centros de difusão de inovações e como verdadeiras localidades centrais, conforme propunha o Plano Urbanístico de Barcarena para o caso de Vila dos Cabanos:

Não parece correta a ideia de dimensionar os equipamentos do pólo industrial estritamente em função de seus próprios habitantes.

53 Idem. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. op. cit., p. 103.

Acredita-se que, pelas características da população que vai ser atraída, haverá no novo núcleo, uma demanda por serviços mais complexos que no restante da região e tais serviços se tornarão viáveis economicamente dentro de uma certa escala que será certamente atingida, quando se estender o acesso a tais serviços para a microrregião.⁵⁴

Diferentemente, entretanto, do que se propunha no discurso do planejamento, o papel do novo núcleo como localidade central mostra-se bastante distante da realidade atual da microrregião a que se refere e mesmo do Município onde está localizado o grande projeto. Essa mesma situação se reproduz para os demais projetos econômicos de grande porte no espaço paraense. Os equipamentos são voltados, em primeiro plano, para os “*insides*”, os que vivem no interior da cidade planejada, reforçando uma espécie de isolamento face às cidades, vila e aos assentamentos tradicionais ou mais recentes do entorno. A articulação que se manifesta é muito mais intensa com os centros urbanos dinâmicos, regionais e extrarregionais, reforçando a configuração de novas verticalidades em detrimento das horizontalidades.

Associada à ideia de polarização está a proposta de desenvolvimento regional, que se expressa, em grande parte, com a presença das empresas nas comunidades locais por meio de trabalhos assistenciais e de incentivo a uma ou a outra atividade que reforça a participação das mesmas na vida local; ou ainda, de discursos que sustentam a imagem da “cidade aberta” e sem guarita, como no caso de Vila dos Cabanos, ou “semi-aberta”, caso da Vila Permanente de Tucuruí. Esta, mesmo com a presença da guarita, estabelece um controle mais flexível para a entrada e a saída dos “*outsiders*”, ou seja, dos não moradores e que não possuem quaisquer vínculos com as empresas e o grande projeto ali instalado.

Isso tudo, não obstante as mudanças nas estratégias das empresas, que, cada vez mais, têm repassado as responsabilidades de manutenção das cidades-empresa para o poder municipal. Responsabilidade esta que é so-mada àquela já assumida anteriormente em relação aos assentamentos do entorno, surgidos ou expandidos com levas de migrantes que foram atraídos pelo discurso do desenvolvimento, da modernização econômica, da geração de renda e de melhoria da qualidade de vida para o espaço local.

Densificando ainda mais esses assentamentos do entorno está a mão de obra que é dispensada dos empreendimentos face à redução dos postos de trabalho, seja com o fim das obras de implantação do projeto,

54 SUDAM. *Plano Urbanístico de Barcarena*. São Paulo: Guedes e Associados, 1980. v. 2. p. 122.

seja em decorrência das novas formas de organização do trabalho que são adotadas pelas empresas que fazem parte dos “grandes objetos”.

A redução de ônus faz igualmente as empresas deixarem de investir ou de criar novos espaços planejados para assentar sua mão de obra mais qualificada. Em vez disso, buscam incentivar que essa mesma mão de obra passe a se assentar no interior das cidades do entorno, conforme tem-se verificado nas estratégias da “Vale” (Companhia Vale do Rio Doce) para os empreendimentos sob seu controle, numa forma de resolver dois problemas ao mesmo tempo: a redução de custos face ao necessário investimento na infraestrutura urbana e à afirmação de uma imagem que nega o caráter segregacionista das empresas com relação à mão de obra mais qualificada, que, sendo assentada no entorno do projeto, passaria, em tese, a estar mais integrada à vida local.

A relação entre desenvolvimento socioespacial, o montante do Produto Interno Bruto (PIB) e o nível de arrecadação, possibilitada pelos grandes empreendimentos (tabelas 1 e 2), revela, entretanto, o lado perverso dos mesmos, posto que são esses municípios, onde se localizam os “grandes objetos”, que acabam por se destacar, do ponto de vista da produção e da arrecadação, no contexto do Estado do Pará.

Tabela 1 - Repasse de Arrecadação do ICMS aos Municípios do Pará (2º semestre de 2007)

Municípios	Total do semestre	% quota-parte
Almeirim	1.245.045,09	1,54
Altamira	1.531.851,89	1,65
Ananindeua	3.438.547,78	4,26
Barcarena	4.988.515,80	6,18
Belém	16.409.783,20	20,33
Canaã dos Carajás	1.234.971,39	1,53
Castanhal	1.202.684,55	1,49
Itaituba	851.385,97	1,05
Marabá	4.407.152,79	5,46
Oriximiná	2.421.512,52	3,00
Paragominas	1.178.469,43	1,46
Parauapebas	7.522.852,24	9,52
Santarém	2.025.998,81	2,51
São Félix Xingu	823.314,26	1,02
Tucuruí	3.858.276,62	4,78

Fonte: Governo do Estado do Pará. Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças, Diretoria do Tesouro Estadual, 2007. Obs: Deduzidos 15% de contribuição ao Fundef.

**Tabela 2 – Repasse de IPI aos Municípios do Pará
(1º. Semestre de 2008)**

Municípios	Total do semestre	% quota-parte
Almeirim	155.206,50	1,33
Altamira	189.048,52	1,62
Ananindeua	506.463,31	4,34
Barcarena	750.359,23	6,43
Belém	2.405.117,23	20,61
Canaã dos Carajás	210.053,91	1,80
Castanhal	177.378,85	1,52
Itaituba	127.199,31	1,09
Marabá	682.675,20	5,85
Oriximiná	316.247,85	2,71
Paragominas	159.874,36	1,37
Parauapebas	1.051.436,50	9,01
Santarém	268.402,21	2,30
Tucuruí	547.307,12	4,69

Fonte: Governo do Estado do Pará. Secretaria de Estado da Fazenda, Diretoria do Tesouro Estadual, 2008.

Nas periferias de muitas dessas cidades planejadas, entretanto, verifica-se a existência de assentamentos urbanos surgidos ou que cresceram espontaneamente. Tais assentamentos representam a outra face dos grandes empreendimentos econômicos e são marcados pela precária qualidade de vida que caracteriza a maior parte dos núcleos urbanos da região.

Torna-se importante, então, compreender não só os elementos espaciais diretamente relacionadas à implantação das cidades-empresa, como também as repercussões desses elementos para a dinâmica urbana regional e para o desenvolvimento local, tendo em vista uma perspectiva geográfica de análise; esta última definida levando-se em conta o espaço socialmente produzido.

A importância das cidades das companhias para o processo de ordenamento territorial da Amazônia parece ter sido devidamente considerada nas diversas análises que tratam da dinâmica recente de estruturação do espaço amazônico. Após a primeira fase de funcionamento dos “grandes objetos” na região, parece-nos de extrema importância avaliar também não só as repercussões desses empreendimentos para a organização do espaço regional, como também situar a forma de inserção dos novos elementos do arranjo espacial, no que diz respeito à assimilação e ao convívio dos mesmos nas dinâmicas locais.

A lógica desses empreendimentos, que se reproduz praticamente em toda a região, demarca o caráter segregacionista dos “grandes objetos”. Em todas as realidades visitadas para efeitos desta análise, os assentamentos precários do entorno (quadro 4) chamam a atenção por revelarem a contradição face às cidades planejadas.

Quadro 4 – Cidades-empresa, “grandes objetos” e seus entornos – Estado do Pará

Cidades	Grandes Projetos	Empresa	População	Entorno
Monte Dourado	Jari	Cia. Jari	12.000	Laranjal, Água Branca, Vitória
Vila de Tucuruí	UHT	Eletronorte	5.200	Tucuruí Breu Branco
Porto Trombetas	Trombetas	Mineração Rio do Norte	6.000	Boa Vista, Caranã
Carajás	Carajás	Vale	4.240	Parauapebas
Vila dos Cabanos	Albras Alunorte	Albras/Alunorte, PPSA, RCC, Soingo, CDP, Eletronorte etc.	7.600	Barcarena, V. do Conde, Itupanema, Vila Nova, Laranjal, Pioneiro.

Quadro elaborado pelo autor.

É isso que nos faz considerar esses espaços, ainda que diferenciados, como uma unidade, posto que a dinâmica dos mesmos se explica por um só conjunto de ações, cujo comando coloca-se para além do espaço regional. Tratam-se, portanto, de duas faces de uma mesma realidade espacial, que assumem uma diferenciação espacial marcadamente segregacionista. Nesse caso, a dotação de equipamentos e infraestrutura urbana é feita para atender precipuamente à lógica das empresas e de suas unidades de comando global, sendo, *ipso facto*, cidades corporativas por excelência⁵⁵; atendendo apenas de forma residual a população local que, em geral, habita o entorno.

Considerações Finais

A presença das “cidades na floresta”, diretamente associadas aos grandes empreendimentos econômicos, revela alguns elementos importantes para a compreensão do novo arranjo espacial que se desenhou para a Amazônia a partir da segunda metade do século XX, como também para compreender o processo de urbanização regional face à expansão

55 SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. op. cit., p. 99.

do chamado meio técnico-científico informacional, que caracteriza a espacialidade do atual período da história humana. Nesse sentido, as cidades-empresa associadas aos “grandes objetos” indicam:

a) a negação de um passado regional, considerado no seu arranjo espacial pouco adequado à difusão dos novos nexos da globalização no espaço amazônico, e a afirmação do discurso da construção de um meio técnico-científico informacional mais adequado aos interesses das empresas, que consideram a floresta e os rios notadamente como espaços onde se fazem presentes recursos econômicos a ser explorados;

b) um processo de urbanização do território, possibilitando que a região onde se encontram inseridas, especialmente a Amazônia oriental, cresça mais que a metrópole; processo esse que acompanha a mesma tendência que se apresenta para o Brasil⁵⁶, mas que não está presente na Amazônia ocidental, por exemplo;

c) um perfil de “cidades econômicas”⁵⁷ e “corporativas”⁵⁸, seja pela ruptura com relação aos padrões tradicionais, relacionados aos modos de vida urbanos e a presença e importância da empresa com uma organização de trabalho e de produção alinhada às novas demandas do mercado global; seja pela importância de seus “*staffs*” para a própria existência da cidade e para a dinâmica da vida política e social local, inclusive com a difusão de novas formas de consumo;

d) formas de articulação dos lugares onde predominam esquemas de comunicação e de dependência em relação ao espaço extrarregional e em que o peso das solidariedades orgânicas – que respeitam a hierarquia e interdependência da organização empresarial – define muito mais verticalidades que horizontalidades. Relação esta que as caracteriza como sendo cidades pequenas, mas não de caráter local, tendo em vista a pouca articulação e centralidade para com seus respectivos entornos, em contraponto ao seu alto grau de articulação com os espaços de comando, situados fora da região.

e) a inserção da Amazônia em nexos globais de produção e de informação no período técnico-científico informacional, reafirmando o papel dessa região na nova Divisão Territorial do Trabalho como “região do fazer”, ou região que obedece aos comandos definidos nas “regiões do mandar”⁵⁹.

Dada a lógica possibilitada pela presença dos “grandes objetos” na região e suas implicações na vida e no espaço regional, uma nova

36 Idem, *ibidem*, p. 123.

37 Idem, *ibidem*, p. 51

38 Idem, *ibidem*, p. 99.

39 Idem, *Os grandes projetos: sistema de ação e dinâmica espacial*. op. cit., p. 17.

planificação regional se impõe. Para isso, a dimensão do lugar parece se colocar como premente, posto que considerado como espaço de relações imediatas e de fortes vínculos orgânicos do ponto de vista social e espacial. O conhecimento prévio desses vínculos e a potencialidade de suas relações e da lógica de seu arranjo espacial parecem ser a condição de qualquer projeto de desenvolvimento socioespacial. Isso sugere uma nova prática de planificação regional:

Tudo começa com o conhecimento do mundo e se amplia com o conhecimento do lugar, tarefa conjunta que é hoje tanto mais possível porque cada lugar é o mundo. É daí que advém uma possibilidade de ação. Conhecendo os mecanismos do mundo, percebemos porque as intencionalidades estranhas vêm se instalar em um dado lugar, e nos armamos para sugerir o que fazer no interesse social.⁴⁰

A vida social local, portanto, aparece com pressuposto de uma nova prática de planificação regional e urbana, desde que devidamente situada nas novas condições que implicam a sua existência. Por outro lado, coloca-se a necessidade de uma análise crítica das cidades dos “grandes objetos”, no que diz respeito à relação que historicamente elas têm apresentado face a essas realidades locais. Isso nos levaria a compreender o sentido desse tipo de cidade para as políticas regionais, bem como a forma de inserção das mesmas na rede urbana da região e, principalmente, o significado que assumem para o desenvolvimento local, de forma a retirar, das próprias experiências desenvolvidas, proposições que poderiam levar a repensar a gestão e as políticas urbanas para o espaço regional amazônico.

40 Idem, *ibidem*, p. 19.